



## **NOTA DE IMPRENSA**

### **VERSÃO PRELIMINAR DO LIVRO VERDE PARA A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA PREVIDENCIAL**

#### **REAÇÃO UGT**

A UGT foi confrontada com as notícias hoje veiculadas, pelas quais uma versão preliminar do Livro Verde para a Sustentabilidade do Sistema Previdencial proporá alterações aos regimes de reformas antecipadas e, particularmente, a eliminação do regime específico dos desempregados de longa duração.

A UGT recorda que sempre foi afirmado que aos parceiros sociais apenas seria entregue a versão final do Livro Verde, de modo a obstar nomeadamente à criação de perturbações a uma discussão que deve ser realizada de forma séria e reflectida.

Fomos assim surpreendidos pela divulgação à comunicação social, não sabemos se total ou parcialmente, de uma qualquer versão preliminar, de forma que nos parece extemporânea e contrária a uma discussão mais profícua, na medida em que alheia os representantes dos contribuintes do regime previdencial.

A UGT deve recordar que tal só se torna tão mais preocupante quando o que está em causa é uma matéria sensível, discutida amplamente em sede de concertação social e objecto de consensos nessa sede ainda não há muitos anos.

E, nesta matéria em concreto, a UGT deve, aliás, afirmar desde já que não perfilha soluções radicais que coloquem em causa a protecção social na velhice e a solidariedade que presidiu à alteração da legislação em matéria de antecipação de reformas, num claro sinal de valorização das longas e muito longas carreiras contributivas, daqueles que iniciaram o seu percurso profissional em idade precoce ou que se encontram numa situação em que a reinserção no mercado de trabalho se afigura mais difícil.

A UGT defende antes que as alterações a produzir deveriam ser no sentido de completar a reforma realizada em 2018, construindo um sistema mais justo e equilibrado e eliminando a aplicação injustificada do factor de sustentabilidade nas situações de antecipação/flexibilização da idade de reforma.

Face ao exposto, e atendendo a que estaremos apenas perante uma potencial (porque preliminar) proposta a apresentar, a UGT espera, primeiro que tudo, que a mesma não signifique um acolhimento como proposta do Governo.

Por outro lado, devemos deixar claro que consideramos inaceitável que a Segurança Social, um dos pilares fundamentais do nosso Estado de Direito Democrático, com impactos significativos na vida de milhões de portugueses, possa ser usada como uma arma de arremesso político.

A UGT entende que a Segurança Social e a sua sustentabilidade ganharam sempre com a discussão e a construção de soluções com os parceiros sociais, sobretudo mas não apenas no regime em que representam os contribuintes, quer pelos consensos e equilíbrios atingidos quer pelo indispensável clima de coesão social que potenciaram.

Portugal foi, no passado, saudado, incluindo pelas organizações internacionais, pelas reformas realizadas e pelo modelo pelo qual as mesmas foram realizadas.

A UGT considera fundamental que esse seja um reconhecimento que venhamos a ter igualmente no futuro, esperando que o novo Governo deixe claro que os parceiros sociais são a sua primeira linha de informação e construção de soluções e que cabe à concertação social, como noutras áreas, continuar a desempenhar um papel central em matéria de Segurança Social.

**Lisboa, 04 de Abril de 2024**